



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA

DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA E AO
COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico Temporário de atualização da Política Nacional sobre Mudança do Clima (GTT/PNMC)

6ª REUNIÃO GTT PNMC

Data: 06 de março de 2024 - das 16h às 18h.

Local: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, térreo, Sala de Situação, e via Teams (reunião híbrida).

Membros presentes:

Órgão	Representante	Cargo
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	André Luiz Campos de Andrade (Titular)	Diretor
Ministério da Agricultura e Pecuária	Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil (Titular)	Diretor de Produção Sustentável e Irrigação da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - DEPROS/SDI-MAPA
	Adriano Santiago de Oliveira (Suplente)	Coordenador-Geral de Mudanças Climáticas, Florestas Plantadas e Agropecuária Conservacionista do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação, da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - CGMC/DEPROS/SDI-MAPA
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	Márcio Rojas da Cruz (Titular)	Coordenador Geral da Ciência do Clima

Ministério das Cidades	Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho (Titular)	Assessora do Gabinete do Ministro
	Yuri Rafael Della Giustina (Suplente)	Diretor de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital
Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora-Geral de Finanças Verdes da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV)
	Paulo Coelho Ávila (Suplente)	Analista de Infraestrutura
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Paulo Alexandre de Toledo Alves (Titular)	Coordenador-Geral de Apoio aos Entes Subnacionais
Ministério de Povos Indígenas	Vanda Gorgone dos Santos (Titular)	Coordenadora de Articulação de Políticas de Adaptação às Mudanças Climáticas
Ministério da Saúde	Thais Araújo Cavendish (Suplente)	ATPS/ Assessora Técnica Especializada
Ministério dos Transportes	Fani Mamede (Titular)	Chefe de Serviço de Assessoria
Secretaria-Geral da Presidência da República	Yumi Kawamura Gonçalves (Titular)	Coordenadora Geral Diretoria de Parcerias com a Sociedade Civil
AGU (§8º do art. 5º do Regimento Interno do CIM)	Priscila Gonçalves de Oliveira (Suplente)	Chefe de Serviço de Defesa do Meio Ambiente, Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

Convidados presentes:

Órgão	Representante	Cargo
MMA	Thiago Longo Menezes	Coordenador-Geral
MMA	Mário Henrique Mendes	Analista Ambiental
MMA	Adriana Brito da Silva	Analista Ambiental
MMA	Vana Tércia Silva de Freitas	Analista Ambiental
MMA	Christiane Chianca Pereira	EPPGG
LACLIMA	Caroline Prole	Co-fundadora
Rede Clima	Marcel Bursztyn	Professor Titular
SAM/Casa Civil	Livia Marques Borges	Gerente de Projeto
FBMC / Instituto Talanoa	Branca Americano	Consultora Sênior
MME	Luís Fernando Badanham	Coordenador-Geral

*Antes da abertura dos trabalhos do GTT PNMC, foi realizada uma homenagem ao colega Daniel Machado da Fonseca (MRE), membro titular deste GTT, que nos deixou recentemente. Que o seu legado permaneça vivo entre todos nós.

PAUTA:

1 - Abertura dos trabalhos do GTT PNMC

Foi verificado que o quórum estava adequado para iniciar a reunião e comunicou-se que as próximas reuniões serão exclusivamente presenciais.

O Sr. André Luiz Campos de Andrade, membro titular do MMA, coordenador do GTT iniciou a reunião apresentando a agenda a ser discutida e destacou o objetivo principal de tratar do tema “monitoramento”.

Ressaltou que um dos objetivos da auditoria do Tribunal de Conta da União é avaliar o componente da governança da política pública em relação à atuação do Governo Federal no enfrentamento da emergência climática, o que inclui o monitoramento, a avaliação e a própria transparência.

2 – *Benchmark* Internacional referente às melhores práticas de governança e monitoramento de outros países.

A Sra. Caroline Prolo (La Clima) apresentou exemplos de outros países que criaram instrumentos de monitoramento:

- **Reino Unido**: o monitoramento é realizado por um órgão independente (Comitê de Mudança do Clima). É elaborado um relatório anual que avalia o progresso e o cumprimento da política nacional e se foram cumpridas as ações previstas. Se necessário, medidas adicionais são recomendadas para serem instituídas. O relatório é encaminhado ao parlamento e o governo tem a possibilidade de se manifestar em resposta a essa avaliação.
- **Chile**: o monitoramento é realizado pelo governo anualmente. O objetivo é avaliar o estado do cumprimento das políticas climáticas e das ações previstas nessas políticas, incluindo perspectivas de adaptação, mitigação e meios de implementação.
- **Alemanha**: a avaliação é realizada pelo governo a cada 2 anos. Nesse caso, o relatório se propõe a avaliar as ações à luz da eficácia dos instrumentos de precificação de carbono, ou seja, como o preço do carbono está ajudando a cumprir as metas estabelecidas na política. Tem um olhar para o futuro, já considerando as projeções de emissões, incluindo, assim, um certo papel de planejamento.

- **Dinamarca:** inclui, dentro de um programa anual, um instrumento com viés de monitoramento, mas também de planejamento. Destaca-se por sua conexão com a melhor ciência relacionada a clima, trazendo análises considerando as últimas evoluções da ciência climática, incluindo os relatórios do IPCC.

Ao final dessa apresentação, a consultora comentou que, embora o Brasil não tenha um instrumento de monitoramento, existe, no âmbito da Convenção do Clima, o Relatório Anual de Transparência (*Biennial Transparency Report* - BTR), que o país submeterá ao final de 2024. Esse relatório será realizado a cada dois anos e trata do cumprimento da NDC (sigla em inglês para *Nationally Determined Contribution*).

3 - Brainstorming - Governança e Monitoramento da PNMC;

A Sra. Branca Americano (FBMC) destacou o BTR, instrumento de monitoramento internacional, preenchido por cada país por meio da sua NDC. Destacou que estar conectado ao BTR é importante, mas identificar e monitorar elementos que não são e nem devem ser incluídos no BTR é fundamental.

A Sra. Beatriz da Silva (MDIC) levantou a questão sobre o monitoramento que está sendo discutido no âmbito do GTT Mitigação para o Plano Clima e ponderou como juntar o monitoramento da PNMC com o do Plano Clima.

O Sr. André Andrade (MMA) concordou e pontuou que essa diferença deve estar bem definida no PL. Destacou que os detalhes do monitoramento do Plano Clima deverão ser definidos por meio de Resolução do CIM. E que os dados utilizados para o BTR devem ser coerentes com os relatórios gerados em âmbito nacional. Salientou que, hoje, a situação de monitoramento da PNMC é frágil, devido ao encerramento das Estimativas Nacionais, desde 2020. Com o novo Plano Clima, isso precisa ser redefinido. A produção de relatórios independentes é uma tendência global.

O Sr. Márcio Rojas (MCTI) ressaltou que o Brasil tem que fazer um exercício interno minucioso para corrigir o percurso da execução da política. Informou que o MCTI não elaborará mais as Estimativas Anuais porque a instituição está na fase de migração para o ETF (sigla em inglês para *Enhance Transparency Framework*) do Acordo de Paris. Explicou que o Inventário Nacional permanece como um componente da Comunicação Nacional e é produzido a cada quatro anos, conforme regras para os países que não estão no Anexo I. A partir de 2024, com o BTR, o Inventário precisará ser produzido a cada dois anos. O primeiro Relatório Bienal de Transparência (BTR) terá um inventário nacional com as emissões até 2022.

O Sr. Adriano Santiago (MAPA) ressaltou o vício que ainda permanece de só se realizar o monitoramento quantitativo de mitigação e lembrou que devemos considerar como será feito o monitoramento das atividades de adaptação. Ressaltou também a importância em avançar no monitoramento qualitativo das políticas de mitigação, lembrando que o MAPA foi um dos poucos que lograram êxito nesse monitoramento, com o plano ABC.

O Professor Sr. Marcel Bursztyn (Rede Clima) contextualizou sobre entes públicos que têm políticas ou ações 'anticlima' e propôs ao Grupo a criação de um Comitê de Ética, que seria um mecanismo independente com instâncias abertas às comunicações que podem vir de todas as formas (como exemplos, cidadãos; funcionários anônimos que relatam os descumprimentos ou desvios dos compromissos de redução de emissões; ou uma instância autônoma independente que possa servir de filtro e transparência).

O Sr. Márcio Rojas (MCTI) esclareceu que os países desenvolvidos vão continuar submetendo anualmente seus BTRs e seus inventários. O entendimento do MCTI é que o inventário dos países em desenvolvimento deve acompanhar os BTRs (bianual). Logo, as emissões devem ser apresentadas anualmente, mas o Brasil não precisaria necessariamente elaborar um inventário nacional a cada ano.

Em relação ao comentário do professor Marcel, o Sr. André Andrade (MMA) destacou a taxonomia sustentável, instrumento que classifica o que é ou não sustentável. Ponderou sobre a necessidade de um grupo ou órgão independente para analisar e classificar possíveis ações 'anticlima'. Informou que a Secretaria Nacional de Mudança do Clima do MMA demandou que, em momento oportuno, fosse discutida uma resolução no âmbito do CIM para a promoção do alinhamento das políticas setoriais com a política climática, destacando que é importante ouvir os ministérios sem criar nenhuma amarra para a política setorial. Lembrou, ainda, que o governo tem hoje a Avaliação de Impacto Regulatório (AIR).

Destaque para os seguintes pontos: (i) importância de um trabalho minucioso de monitoramento interno; (ii) inclusão de monitoramento quantitativo e qualitativo; e (iii) inclusão de monitoramento dos fluxos financeiros, ou seja, o que tem de fluxo financeiro, de orçamento público, de crédito público e talvez no privado para financiar atividades de mitigação e adaptação.

A Sra. Lívia Borges (Casa Civil) adicionou a importância do monitoramento dos fluxos financeiros ao monitoramento das fontes de recursos, pois há falta de informação de quanto o governo gastou com a questão climática. Destacou que isso precisa ser construído dentro de uma agenda transversal do PPA e propôs a criação de indicadores.

O Sr. André Andrade (MMA) questionou sobre as dificuldades de se obter informações nos níveis municipais e subnacionais para fazer o monitoramento, sobretudo de adaptação. O Sr. Márcio Rojas (MCTI) respondeu que ainda estão em um processo de discussão, mas que será amadurecido ao longo dos próximos meses. Compartilhou informações sobre a Plataforma Adapta Brasil, dedicada à adaptação, que utiliza dados públicos (IBGE), na qual se verifica se o município tem plano previsto para desastres naturais e contabiliza toda essa informação. Informou que não existe a obrigatoriedade de reporte de informações dos municípios, mas que, se houvesse mais acesso a essas informações, elas seriam valiosas para monitorar esforços em adaptação. O Sr. André Andrade disse que estabelecer esse alinhamento entre os três níveis de governo pode ser o primeiro trabalho para o novo Conselho Nacional de Mudança Climática que o MMA está desenhandando.

Nessa relação sobre o diálogo federativo, a Sra. Caroline Prolo sugeriu indicadores de resultados relacionados a financiamento climático.

4- *Brainstorming - NDC*

A consultora, Sra. Caroline Prolo (La Clima), apresentou *benchmarks* de países que se enquadram em duas categorias de processo de elaboração das NDCs: (i) elaboração e revisão de metas como parte da elaboração e comunicação da NDC (Chile, Colômbia); e (ii) processo para elaboração de metas da política climática paralelo ao da NDC, com os mesmos padrões, como periodicidade – 5 a 10 anos, progressividade e *net zero* em 2050 (Canadá e China).

O Sr. André Andrade (MMA) ponderou com o grupo as seguintes opções: (i) detalhar a NDC no PL; ou (ii) um texto mais genérico, remetendo ao Acordo de Paris quanto à forma, processo de elaboração e progressividade. Recomentou não entrar em detalhes no PL para evitar discussão no Congresso Nacional.

Outro ponto para decisão se refere à inclusão da meta de NDC no PL ou somente uma meta de longo prazo, lembrando que a menção à neutralidade climática em 2050 já seria uma meta de longo prazo. Lembrou que a NDC, com previsão de progressividade e critérios de transparência a cada 5 anos, já está no Acordo de Paris, que faz parte da legislação brasileira, garantindo a integridade da NDC e do seu processo. Complementou que a NDC precisa de uma discussão doméstica abrangente, baseada em ciência e que parta de modelagens, posteriormente validada no nível estratégico do governo com secretários, depois com o nível político e, em seguida, com os ministros no CIM para, posteriormente, se definir como um compromisso internacional.

O Sr. Thiago Longo (MMA) concordou que o PL não precisa entrar nos detalhes de elaboração da NDC, mas acha importante o PL destacar qual ato normativo a definirá.

Conclusão e Próximos Passos:

O Sr. André Andrade (MMA) encerrou a reunião, mencionando que ficou pendente a definição sobre incluir ou não no PL o processo de construção da NDC, lembrando, novamente, que já haverá a meta de longo prazo da neutralidade climática do Brasil em 2050; além do debate sobre diretrizes para a estratégia de longo prazo da NDC e como ela se conecta com o planejamento doméstico.

Ficou definido que, nas próximas reuniões, o GTT irá se debruçar sobre uma proposta de texto do PL.